



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA
MODALIDADE À DISTÂNCIA

GERLUCE PEREIRA DE FREITAS

LIBRAS, LINGUAGEM E APRENDIZAGEM: FUNDAMENTOS PARA A
INCLUSÃO ESCOLAR DOS SURDOS

JOÃO PESSOA – PB

2026

GERLUCE PEREIRA DE FREITAS

**LIBRAS, LINGUAGEM E APRENDIZAGEM: FUNDAMENTOS PARA A INCLUSÃO
ESCOLAR DOS SURDOS**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Coordenação do Curso de
Licenciatura Plena em Pedagogia na
Modalidade à Distância, do Centro de
Educação da Universidade Federal da
Paraíba, como requisito institucional para
obtenção do título de Licenciada em
Pedagogia.

Orientadora: Francineide Rodrigues Passos
Rocha

JOÃO PESSOA - PB
2026

FICHA CATALOGÁFICA

Catálogo na publicação Seção de Catalogação e Classificação

F866l Freitas, Gerluce Pereira de.

Libras, linguagem e aprendizagem: fundamentos para a inclusão escolar dos surdos / Gerluce Pereira de Freitas. - João Pessoa, 2026.

31 f. : il.

Orientação: Francineide Rodrigues Passos Rocha. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em

Pedagogia - modalidade à distância)

- UFPB/CE.

UFPB/CE

CDU 376-056.263(043.2)

GERLUCE PEREIRA DE FREITAS

LIBRAS, LINGUAGEM E APRENDIZAGEM: FUNDAMENTOS PARA A INCLUSÃO ESCOLAR DOS SURDOS

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Coordenação do Curso de
Licenciatura Plena em Pedagogia na
Modalidade à Distância, do Centro de
Educação da Universidade Federal da
Paraíba, como requisito institucional para
obtenção do título de Licenciada em
Pedagogia.

Aprovada em: 01/07/2026

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **FRANCINEIDE RODRIGUES PASSOS ROCHA**
Data: 04/07/2026 12:16:47-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a. Ms. Francineide Rodrigues Passos Rocha - Orientadora
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Documento assinado digitalmente
 **TATIANA DE MEDEIROS SANTOS**
Data: 04/07/2026 14:11:26-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a. Dra. Tatiana de Medeiros Santos - Convidada
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Documento assinado digitalmente
 **DALILA ARAUJO DE SANTANA**
Data: 03/07/2026 23:50:26-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a. Ms. Dalila Araújo de Santana - Convidada
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a Deus, que é o percursor de tudo e guiou-me até aqui, dando-me força e perseverança para continuar.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus, por me conceder força, sabedoria e determinação para alcançar este momento. À minha família, especialmente ao meu esposo, pelo apoio e incentivo constantes. Foram muitos momentos desafiadores e sua compreensão e paciência foram fundamentais em cada etapa desta caminhada, proporcionando-me força e coragem para seguir em frente.

Aos meus filhos, por estarem sempre ao meu lado, ajudando e auxiliando-me nos momentos em que precisei, dando-me inspiração, o que tornou possível a concretização deste objetivo. Aos meus irmãos, pelo apoio e incentivo constantes, que me motivaram a seguir adiante e não desistir.

Aos colegas de curso, mesmo à distância, pela disposição em ajudar e pelo companheirismo ao longo de toda essa jornada. Agradeço especialmente à minha orientadora, Francineide Rodrigues Passos Rocha, pela orientação dedicada e pelas valiosas recomendações que contribuíram para a conclusão deste trabalho. Também quero agradecer a todos os professores que, ao longo do curso, foram essenciais para que tudo se tornasse possível.

Por fim, minha sincera gratidão a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização desta jornada. Foram muitos desafios ao longo do caminho, mas com a colaboração de cada um, tudo se tornou mais leve e possível de ser superado.

RESUMO

A inclusão escolar de estudantes surdos constitui um dos principais desafios da educação contemporânea, exigindo a construção de práticas pedagógicas que respeitem suas especificidades linguísticas, culturais e educacionais. Nesse contexto, a Língua Brasileira de Sinais (Libras) assume papel fundamental no desenvolvimento cognitivo, social e identitário desses sujeitos, configurando-se como elemento central para a efetivação da educação bilíngue e da inclusão escolar. O presente trabalho tem como objetivo analisar a importância da Libras, da linguagem e da educação bilíngue no processo de inclusão escolar dos estudantes surdos, destacando os desafios e as possibilidades para a promoção de uma educação inclusiva e de qualidade. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, fundamentada em estudos sobre educação inclusiva, educação bilíngue, cultura surda e formação docente. O referencial teórico apoia-se, entre outros autores, em Vygotsky, Bakhtin, Quadros, Skliar, Strobel, Lacerda e pesquisadores contemporâneos da área da educação de surdos. Os resultados evidenciam que o acesso precoce à Libras favorece o desenvolvimento da linguagem, da aprendizagem e da identidade surda, enquanto a formação continuada dos professores, a flexibilização curricular, a utilização de recursos visuais e o reconhecimento da cultura surda são elementos indispensáveis para a construção de práticas educacionais inclusivas. Conclui-se que a efetivação da inclusão escolar dos estudantes surdos requer o fortalecimento da educação bilíngue, a valorização da Libras e a implementação de políticas e práticas pedagógicas que garantam o direito à comunicação, à aprendizagem e à participação social.

Palavras-chave: Educação Inclusiva; Educação Bilíngue; Libras; Identidade Surda; Formação Docente.

ABSTRACT

The school inclusion of deaf students represents one of the main challenges of contemporary education, requiring the development of pedagogical practices that respect their linguistic, cultural, and educational specificities. In this context, the Brazilian Sign Language (Libras) plays a fundamental role in the cognitive, social, and identity development of deaf individuals, becoming a central element for the effectiveness of bilingual education and school inclusion. This study aims to analyze the importance of Libras, language, and bilingual education in the school inclusion process of deaf students, highlighting challenges and possibilities for promoting inclusive and quality education. This research adopts a qualitative approach, with a bibliographic and documentary nature, based on studies related to inclusive education, bilingual education, deaf culture, and teacher training. The theoretical framework is supported by authors such as Vygotsky, Bakhtin, Quadros, Skliar, Strobel, Lacerda, and contemporary researchers in the field of deaf education. The findings indicate that early access to Libras contributes to language development, learning, and the construction of deaf identity, while continuing teacher education, curriculum flexibility, visual resources, and the recognition of deaf culture are essential elements for the development of inclusive educational practices. It is concluded that the effective inclusion of deaf students requires the strengthening of bilingual education, the appreciation of Libras, and the implementation of policies and pedagogical practices that ensure the right to communication, learning, and social participation.

Keywords: Inclusive Education; Bilingual Education; Brazilian Sign Language (Libras); Deaf Identity; Teacher Education.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	09
1.1 Justificativa.....	11
1.2 Objetivo Geral.....	12
1.3 Objetivos Específicos.....	12
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	13
2.1 A Importância da Linguagem para os Surdos.....	13
3 A LIBRAS E A INCLUSÃO ESCOLAR.....	16
4 DESAFIOS DA PRÁTICA DOCENTE PARA OS ESTUDANTES SURDOS.....	19
5 METODOLOGIA.....	22
6 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	25
7 CONCLUSÃO.....	29
REFERÊNCIAS.....	31

1 INTRODUÇÃO

A educação inclusiva tem ocupado posição de destaque nas discussões educacionais contemporâneas, especialmente no que se refere à garantia do direito à aprendizagem e à participação de estudantes com deficiência nos espaços escolares. Entre os diversos grupos contemplados por essas políticas, os estudantes surdos demandam atenção específica devido às suas particularidades linguísticas e culturais, que exigem práticas pedagógicas capazes de assegurar o acesso ao conhecimento em condições de equidade.

Nesse contexto, a Língua Brasileira de Sinais (Libras) assume papel fundamental, pois constitui o principal meio de comunicação e expressão da comunidade surda brasileira, além de representar um importante instrumento para o desenvolvimento cognitivo, social e educacional desses sujeitos. A linguagem é um elemento essencial para a constituição do pensamento, da identidade e das relações sociais.

Conforme destacam Vygotsky (1998) e Fernandes (2003), ela não se restringe à oralidade, mas corresponde a um sistema de significação que permite ao indivíduo compreender o mundo, organizar conhecimentos e interagir com outras pessoas. Dessa forma, a ausência de acesso a uma língua plenamente estruturada pode comprometer significativamente o desenvolvimento humano. No caso das pessoas surdas, a Libras representa a língua capaz de garantir esse processo, possibilitando a construção da subjetividade, da autonomia e da participação social. Ao longo da história, a educação de surdos foi marcada por diferentes concepções acerca da surdez e da linguagem.

Durante muito tempo, predominou a ideia de que a pessoa surda deveria aprender exclusivamente a língua oral para ser integrada à sociedade. Entretanto, estudos linguísticos e educacionais demonstraram que as línguas de sinais possuem estrutura gramatical própria e desempenham as mesmas funções comunicativas e cognitivas das línguas orais.

Nesse sentido, a Libras passou a ser reconhecida como língua legítima da comunidade surda, culminando, no Brasil, com sua oficialização por meio da Lei nº 10.436/2002 e sua regulamentação pelo Decreto nº 5.626/2005. Apesar dos avanços legais e do fortalecimento das políticas públicas de inclusão, a realidade educacional ainda apresenta inúmeros desafios para a efetivação dos direitos dos estudantes

surdos. A insuficiente formação dos professores, a escassez de recursos pedagógicos acessíveis, as barreiras comunicacionais e a limitada valorização da cultura surda continuam dificultando a construção de uma educação verdadeiramente inclusiva.

Muitas vezes, a presença do estudante surdo na escola regular não é acompanhada das condições necessárias para sua participação efetiva no processo de ensino-aprendizagem, resultando em situações de exclusão dentro do próprio ambiente escolar. Diante desse cenário, torna-se fundamental compreender a importância da Libras e da linguagem no desenvolvimento e na escolarização das pessoas surdas, bem como refletir sobre os desafios enfrentados pelas instituições de ensino na promoção de práticas pedagógicas inclusivas.

Assim, esta pesquisa tem como objetivo compreender os fundamentos da Libras, da linguagem e da aprendizagem no contexto da inclusão escolar dos surdos, discutindo aspectos relacionados à educação bilíngue, à formação docente e às condições necessárias para garantir uma educação que respeite a diversidade linguística e cultural presente nas escolas brasileiras.

Por meio de uma pesquisa documental e bibliográfica, busca-se contribuir para o aprofundamento das discussões sobre a inclusão escolar dos estudantes surdos, evidenciando a necessidade de fortalecer políticas públicas, ampliar o acesso à Libras e promover práticas educacionais que assegurem o direito à aprendizagem, à comunicação e à participação social desses sujeitos.

1.1 Justificativa

A presente pesquisa surgiu a partir da necessidade de compreender como ocorre a inclusão de estudantes surdos no ensino básico e regular brasileiro, considerando os desafios enfrentados diariamente por esses alunos no ambiente escolar. A escolha da temática partiu da percepção de que, embora a educação inclusiva esteja amplamente presente nos discursos educacionais e nas políticas públicas, ainda existem inúmeras dificuldades para que os estudantes surdos tenham acesso a uma aprendizagem verdadeiramente significativa e acessível nas escolas regulares.

O interesse pela pesquisa também se fundamenta na importância da Libras como elemento essencial para o desenvolvimento linguístico, cognitivo e social da pessoa surda. Outro fator que motivou a realização deste estudo refere-se ao crescimento do número de estudantes surdos inseridos no ensino regular nos últimos anos. Dessa forma, surgiu a inquietação em investigar de que maneira as políticas inclusivas vêm sendo efetivadas no cotidiano escolar e quais desafios ainda persistem nesse processo.

Além disso, a pesquisa justifica-se pela necessidade de ampliar as discussões sobre educação bilíngue, valorização da cultura surda e formação docente no contexto da educação básica, que, em muitos casos, a ausência de recursos pedagógicos adaptados, o desconhecimento da Libras e a falta de preparo dos professores acabam dificultando o processo de ensino-aprendizagem e limitando o desenvolvimento educacional desses estudantes.

Do ponto de vista acadêmico, esta pesquisa busca contribuir para a ampliação dos estudos relacionados à inclusão de estudantes surdos no ensino regular, especialmente no contexto da educação básica, considerando que ainda existem lacunas na produção científica acerca das experiências concretas de inclusão escolar. Além disso, o estudo poderá servir como base para futuras pesquisas, discussões e intervenções voltadas à construção de ambientes educacionais mais acessíveis e inclusivos.

Portanto, a realização desta investigação mostra-se necessária diante da importância de compreender os avanços e desafios da inclusão escolar de estudantes surdos, contribuindo para reflexões sobre políticas públicas, práticas

pedagógicas e formação de professores, com o objetivo de fortalecer uma educação que respeite a diversidade linguística, cultural e social presente no ambiente escolar.

1.2 Objetivo Geral

Compreender a importância da Libras, da linguagem e da educação bilíngue no processo de inclusão escolar dos estudantes surdos para a promoção de uma educação inclusiva e de qualidade.

1.3 Objetivos Específicos

- Investigar as principais legislações, políticas públicas e documentos normativos relacionados à inclusão escolar de estudantes surdos no Brasil;
- Discutir a importância da Libras e da educação bilíngue no processo de ensino-aprendizagem da pessoa surda;
- Refletir sobre a formação docente e sua influência na efetivação da educação inclusiva para estudantes surdos;

2 FUNDAMENTAÇÃO TEORICA

2.1 A IMPORTÂNCIA DA LINGUAGEM PARA OS SURDOS

A linguagem constitui uma capacidade humana fundamental que possibilita a comunicação, a construção do pensamento, a produção de conhecimentos e o estabelecimento das relações sociais. Por meio dela, os indivíduos interpretam a realidade, expressam sentimentos, compartilham experiências e atribuem significados ao mundo que os cerca. Dessa forma, a linguagem não se restringe à transmissão de informações, mas desempenha um papel central na organização da vida social e cultural, sendo um dos principais elementos responsáveis pela constituição da subjetividade humana.

Sob uma perspectiva sociointeracionista, a linguagem é compreendida como um processo dinâmico de construção de sentidos que ocorre nas relações estabelecidas entre os sujeitos. É por meio das interações linguísticas que os indivíduos se apropriam dos conhecimentos produzidos historicamente pela sociedade, desenvolvem habilidades cognitivas e constroem sua compreensão de mundo. Nesse sentido, a linguagem atua como mediadora entre o sujeito e a realidade, permitindo que experiências individuais e coletivas sejam transformadas em conhecimento.

Além de sua função comunicativa, a linguagem exerce papel fundamental na constituição da identidade e da cultura. Ao participar de diferentes práticas sociais e discursivas, os indivíduos constroem formas de pertencimento, desenvolvem valores e estabelecem vínculos com os grupos dos quais fazem parte. Assim, a linguagem contribui não apenas para a interação social, mas também para a formação da consciência, da autonomia e da participação cidadã.

Nessa perspectiva, Vygotsky (1998) afirma que o desenvolvimento cognitivo ocorre por meio da mediação social e simbólica proporcionada pela linguagem. Para o autor, é por intermédio das interações sociais que o indivíduo internaliza conhecimentos, organiza o pensamento e desenvolve funções psicológicas superiores. De modo complementar, Bakhtin (1997) destaca o caráter dialógico da linguagem, compreendendo-a como um processo de interação social por meio do qual os sujeitos produzem sentidos, negociam significados e se constituem historicamente nas relações com o outro.

Compreender a linguagem sob essa perspectiva é fundamental para a discussão sobre a educação de estudantes surdos, uma vez que o acesso a uma língua plenamente estruturada representa uma condição indispensável para o desenvolvimento cognitivo, social, cultural e identitário desses sujeitos. Assim, a linguagem deve ser entendida como um direito humano fundamental e como elemento central para a participação efetiva nos diferentes espaços sociais e educacionais.

A partir dessa compreensão, torna-se possível reconhecer que o acesso à linguagem representa um elemento essencial para o desenvolvimento humano. No caso das pessoas surdas, essa questão assume uma relevância ainda maior, uma vez que a aquisição de uma língua acessível nos primeiros anos de vida influencia diretamente o desenvolvimento cognitivo, emocional, social e educacional.

Muitas crianças surdas, especialmente aquelas nascidas em famílias ouvintes, enfrentam dificuldades de acesso precoce a uma língua plenamente estruturada, situação que pode ocasionar privação linguística e comprometer processos fundamentais de aprendizagem e interação social. Ao analisar teses e dissertações produzidas no Brasil sobre aquisição da linguagem em surdos, Cardoso (2022) evidencia que o acesso precoce à língua de sinais constitui um dos fatores mais importantes para o desenvolvimento integral da criança surda.

Segundo a autora, a aquisição de uma língua natural desde os primeiros anos de vida favorece a organização do pensamento, a construção de conhecimentos, o desenvolvimento das habilidades comunicativas e a participação social dos sujeitos surdos. Dessa forma, a linguagem deve ser compreendida não apenas como um meio de comunicação, mas como um direito fundamental e uma condição indispensável para a inclusão educacional e social.

Nesse contexto, a Língua Brasileira de Sinais (Libras) ocupa papel central na vida das pessoas surdas. Reconhecida oficialmente pela Lei nº 10.436/2002, a Libras constitui a primeira língua da comunidade surda brasileira e apresenta estrutura gramatical própria, sendo capaz de expressar qualquer conceito humano. Quadros (2012) destaca que a língua de sinais desempenha papel fundamental na organização cognitiva do sujeito surdo, atuando na construção de significados e na mediação das relações sociais.

De forma semelhante, Sacks (2010) afirma que as línguas de sinais possuem complexidade linguística equivalente às línguas orais, constituindo sistemas

completos de representação e produção de conhecimento. Entretanto, a importância da Libras ultrapassa a dimensão comunicativa. O acesso à língua de sinais está diretamente relacionado à construção da identidade surda e ao fortalecimento da autoestima. A identidade não é uma característica inata, mas um processo construído socialmente por meio das experiências culturais, linguísticas e das relações estabelecidas pelos indivíduos em diferentes contextos.

Para Hall (2006), as identidades são produzidas e transformadas continuamente nas interações sociais. No contexto da surdez, essa construção ocorre, sobretudo, por meio do contato com a Libras, com a comunidade surda e com os elementos culturais compartilhados por esse grupo. Nessa perspectiva, Strobel (2009) argumenta que a cultura surda é composta por valores, experiências, práticas sociais e formas de percepção do mundo construídas historicamente pela comunidade surda.

A autora destaca que a Libras constitui um dos principais elementos de fortalecimento da identidade surda, pois possibilita o sentimento de pertencimento e a valorização das especificidades linguísticas e culturais desses sujeitos. Da mesma forma, Skliar (2016) defende que a surdez deve ser compreendida como uma diferença linguística e cultural, e não apenas sob uma perspectiva clínica ou médica. Tal compreensão contribui para superar visões deficitárias sobre a surdez e para reconhecer os surdos como sujeitos produtores de cultura, conhecimento e linguagem.

As pesquisas mais recentes têm ampliado essa discussão ao relacionar linguagem, identidade, letramentos e inclusão. Cardoso (2022) destaca que a aquisição precoce da língua de sinais favorece não apenas o desenvolvimento linguístico, mas também a formação da identidade e da autonomia dos sujeitos surdos. De forma semelhante, estudos sobre educação bilíngue e letramento visual demonstram que a valorização das experiências visuais e das práticas comunicativas em Libras contribui significativamente para o desenvolvimento integral das crianças surdas, especialmente nos primeiros anos de escolarização.

Nesse cenário, Rocha et. al (2023) ressaltam que a educação contemporânea deve reconhecer a pluralidade linguística dos estudantes surdos, valorizando práticas pedagógicas que articulem Libras, língua portuguesa escrita, recursos visuais e múltiplas formas de letramento. As autoras defendem uma perspectiva de translinguagem na qual os sujeitos mobilizam diferentes recursos linguísticos e

semióticos para construir sentidos e participar das práticas sociais. Essa abordagem amplia as possibilidades de aprendizagem e fortalece o reconhecimento das especificidades linguísticas e culturais da comunidade surda.

Corroborando essa perspectiva, Pereira e Bernardino (2023) afirmam que a educação bilíngue deve ultrapassar a simples coexistência entre Libras e língua portuguesa, promovendo práticas pedagógicas que integrem diferentes linguagens e formas de expressão. Segundo as autoras, o uso de recursos visuais, narrativas multimodais e estratégias translíngues potencializa os processos de ensino e aprendizagem, favorecendo a participação ativa dos estudantes surdos no ambiente escolar.

A educação, portanto, deve ser compreendida como um espaço de interlocução e construção de sentidos. Conforme Osakabe (1991), o processo educativo se realiza por meio das interações discursivas estabelecidas entre os sujeitos. Quando a escola ignora a especificidade linguística do estudante surdo, limita sua participação nas práticas pedagógicas e contribui para a produção de processos de exclusão. Em contrapartida, quando reconhece a Libras como língua de instrução e valoriza a cultura surda, cria condições para que esses estudantes desenvolvam plenamente suas potencialidades cognitivas, sociais e culturais.

Dessa forma, garantir o acesso precoce à linguagem, especialmente por meio da Libras, significa assegurar muito mais do que um instrumento de comunicação, significa promover o desenvolvimento do pensamento, fortalecer a identidade surda, valorizar a cultura surda, ampliar a autoestima e garantir a participação efetiva dos sujeitos surdos nos diferentes espaços sociais e educacionais. A linguagem constitui, assim, a base para a construção do conhecimento, da cidadania e da inclusão, sendo elemento indispensável para a promoção de uma educação bilíngue, inclusiva e de qualidade.

3 A LIBRAS E A INCLUSÃO ESCOLAR

A Língua Brasileira de Sinais (Libras) constitui-se como elemento fundamental na educação de estudantes surdos no Brasil, sendo reconhecida oficialmente pela Lei nº 10.436/2002 como meio legal de comunicação e expressão. De acordo com o próprio texto legal (BRASIL, 2002), trata-se de um sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, capaz de transmitir ideias e

informações no âmbito das comunidades surdas. Esse reconhecimento representa um avanço significativo ao legitimar a Libras como língua e não apenas como um recurso auxiliar de comunicação.

Diferentemente da língua portuguesa, que se organiza na modalidade oral-auditiva, a Libras apresenta uma modalidade visual-espacial, o que implica formas distintas de aquisição e desenvolvimento da linguagem. Nesse sentido, conforme defendem Oliveira e Silva (2011), a aprendizagem da pessoa surda ocorre prioritariamente por meio de estímulos visuais e interações mediadas pela língua de sinais, o que reforça a necessidade de sua inserção precoce no contexto linguístico.

No campo educacional, o direito à Libras como primeira língua (L1) é reafirmado pelo Decreto nº 5.626/2005, que regulamenta a Lei nº 10.436/2002, e pela Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015). Esses dispositivos legais asseguram não apenas o acesso à educação, mas também a oferta de condições adequadas, como a presença de tradutores e intérpretes de Libras e o Atendimento Educacional Especializado (AEE). Conforme destacam Camargo, Gomes e Silveira (2016), o AEE constitui um importante suporte pedagógico, contribuindo para o desenvolvimento das potencialidades dos estudantes e para sua participação efetiva no ambiente escolar.

A proposta de educação bilíngue para surdos, amplamente defendida por autores como Botelho (2005), parte do princípio de que a Libras deve ser a língua de instrução, enquanto a língua portuguesa deve ser ensinada como segunda língua (L2), em sua modalidade escrita. Essa abordagem considera que o domínio da língua de sinais é essencial para o desenvolvimento cognitivo e linguístico do sujeito surdo, funcionando como base para a aprendizagem de outros conhecimentos. Nessa perspectiva, o processo educativo torna-se mais significativo ao respeitar a identidade linguística do estudante, como destaca Nobrega (2025) quando afirma que:

A alfabetização bilíngue-bicultural tem ganhado cada vez mais destaque no Brasil, reconhecendo a Libras como a língua natural dos surdos e promovendo o ensino e a aprendizagem tanto da Libras quanto da língua escrita. Essa abordagem busca não apenas fornecer acesso à informação, mas também fortalecer a identidade e autonomia dos alunos surdos, preparando-os para uma participação plena na sociedade.

Sendo assim, Soares (1998) complementa que ambos são distintos, porém indissociáveis, defendendo a ideia de “alfabetizar letrando”, ou seja, ensinar a leitura e a escrita inseridas em práticas sociais reais. Essa concepção também é defendida por Kleiman (2005), ao afirmar que o letramento envolve o uso social da escrita em diferentes contextos, extrapolando os limites da escola. Para estudantes surdos, essa abordagem é ainda mais relevante, pois o acesso à escrita da língua portuguesa depende de mediações adequadas, frequentemente ancoradas na Libras.

Oliveira e Silva (2011) reforçam que o sujeito alfabetizado não é necessariamente letrado, uma vez que o letramento implica a capacidade de utilizar a leitura e a escrita de forma funcional e significativa na sociedade. No caso dos surdos, essa funcionalidade está diretamente relacionada à mediação visual e ao uso da língua de sinais, que possibilitam a compreensão e interpretação do mundo.

Para Freire (1991), a leitura do mundo precede a leitura da palavra, o que, no caso da pessoa surda, ocorre por meio da experiência visual e das interações sociais. Essa concepção dialoga com as teorias de Piaget e Vygotsky, que destacam o papel da interação e do meio no desenvolvimento da aprendizagem. Os autores enfatizam que a linguagem é uma mediadora do pensamento, o que reforça a importância da Libras no desenvolvimento cognitivo do estudante surdo.

Além disso, a valorização da cultura surda é um aspecto essencial no processo educativo. Strobel (2008) compreende a cultura surda como a forma pela qual os sujeitos surdos percebem e transformam o mundo, enquanto Quadros (2002) a define como uma identidade cultural visual, com características próprias. Nesse contexto, a literatura surda emerge como uma importante ferramenta pedagógica, pois possibilita o contato com narrativas, experiências e valores da comunidade surda, fortalecendo a identidade e ampliando as práticas de letramento.

A utilização de diferentes gêneros textuais e recursos multimodais também se alinha à perspectiva dos multiletramentos, discutida por Rojo e Moura (2012), que destacam a multiplicidade cultural e semiótica presente na sociedade contemporânea. Street (2010), por sua vez, amplia essa discussão ao afirmar que existem múltiplos letramentos, vinculados às práticas sociais dos diferentes grupos, o que reforça a necessidade de a escola dialogar com essas diversas formas de produção de sentido.

Por fim, Kleiman (2005) ressalta que o letramento envolve múltiplas competências e não se limita à habilidade técnica de ler e escrever. Dessa forma, mesmo antes da alfabetização formal, o sujeito pode desenvolver práticas de letramento a partir de suas experiências sociais. No caso dos estudantes surdos, isso evidencia que a Libras desempenha papel fundamental não apenas na comunicação, mas também na construção do conhecimento e na participação social.

Diante disso, torna-se evidente que a educação de surdos deve estar fundamentada em uma perspectiva bilíngue, inclusiva e culturalmente sensível, que reconheça a Libras como eixo central do processo de ensino e aprendizagem. O diálogo com diferentes autores evidencia que práticas pedagógicas que valorizam a língua de sinais, os recursos visuais e as experiências sociais dos estudantes contribuem significativamente para a construção de uma educação mais equitativa e de qualidade.

4 DESAFIOS DA PRÁTICA DOCENTE PARA OS ESTUDANTES SURDOS

A efetivação da educação inclusiva e bilíngue para estudantes surdos depende, em grande medida, da formação dos professores e das condições institucionais oferecidas pelas escolas. Um dos principais desafios ainda presentes no cenário educacional brasileiro é a limitação no domínio da Libras por parte dos docentes da educação básica, o que compromete não apenas a comunicação, mas também a mediação pedagógica e a construção de vínculos significativos com os estudantes surdos. Quando o professor não domina a língua de instrução do aluno, o processo de ensino e aprendizagem tende a se tornar fragmentado e pouco acessível, dificultando a participação ativa do estudante nas atividades escolares e restringindo seu acesso ao conhecimento.

Conforme apontam Lacerda e Quadros (2006), a presença do intérprete de Libras, embora seja um recurso essencial para a acessibilidade, não é suficiente para garantir a aprendizagem dos estudantes surdos, sobretudo quando as práticas pedagógicas permanecem centradas na língua portuguesa e desconsideram a Libras como língua de instrução. Nesses casos, o intérprete passa a ocupar um papel de mediador exclusivo da comunicação, o que pode gerar uma dependência excessiva e limitar a interação direta entre professor e aluno. Além disso, a ausência de planejamento conjunto entre professor, intérprete e estudante compromete a

construção de um ambiente pedagógico colaborativo, no qual todos os sujeitos participem efetivamente do processo educativo.

Outro aspecto relevante refere-se à necessidade de metodologias específicas que atendam às particularidades linguísticas, cognitivas e culturais dos estudantes surdos. Nesse sentido, Campello (2007) e Lebedeff (2010) destacam a importância da pedagogia visual como abordagem fundamental para o ensino, uma vez que valoriza recursos imagéticos, visuais e multimodais como instrumentos de aprendizagem. Essa perspectiva implica repensar o planejamento pedagógico, incorporando estratégias que utilizem vídeos em Libras, imagens, esquemas, mapas conceituais, infográficos, recursos digitais acessíveis e outras ferramentas que dialoguem com a experiência visual do sujeito surdo.

Entretanto, a construção de uma educação inclusiva não depende apenas das metodologias utilizadas em sala de aula, mas também da organização do currículo e dos materiais didáticos. A educação bilíngue pressupõe a elaboração de práticas curriculares que reconheçam a Libras como primeira língua e a língua portuguesa escrita como segunda língua, respeitando as especificidades linguísticas dos estudantes surdos. Nessa perspectiva, Nóbrega (2025) ressalta que o currículo deve ser suficientemente flexível para incorporar recursos pedagógicos acessíveis, tecnologias assistivas e estratégias avaliativas adequadas às necessidades desses estudantes. Além disso, os materiais didáticos devem contemplar elementos visuais, recursos bilíngues e diferentes formas de representação do conhecimento, favorecendo a compreensão dos conteúdos e ampliando as possibilidades de aprendizagem.

A adaptação curricular, nesse contexto, não significa a simplificação dos conteúdos, mas a adoção de estratégias que garantam igualdade de oportunidades de acesso ao conhecimento. Dessa forma, o uso de materiais visuais, vídeos em Libras, plataformas digitais acessíveis, narrativas multimodais e recursos tecnológicos contribui para tornar o processo educativo mais significativo e inclusivo. Do mesmo modo, os processos avaliativos precisam considerar as especificidades linguísticas dos estudantes surdos, assegurando formas de expressão compatíveis com suas experiências comunicativas e culturais.

Além das questões pedagógicas e curriculares, é necessário considerar o contexto escolar como elemento fundamental para a efetivação da inclusão. A presença do estudante surdo na escola regular não garante, por si só, sua

participação plena nos processos educativos. É indispensável que a instituição escolar desenvolva uma cultura inclusiva baseada no respeito às diferenças linguísticas e culturais, promovendo a articulação entre professores, intérpretes de Libras, profissionais do Atendimento Educacional Especializado (AEE), gestores e famílias. Essa atuação colaborativa favorece a construção de estratégias mais adequadas às necessidades dos estudantes surdos e possibilita um acompanhamento mais efetivo de seu desenvolvimento acadêmico e social.

As práticas pedagógicas voltadas aos estudantes surdos também são diretamente influenciadas pelas concepções de surdez adotadas pelos profissionais da educação. Quando a surdez é compreendida a partir de uma perspectiva clínica ou deficitária, o foco tende a recair nas limitações do sujeito, reforçando práticas de normalização e adaptação à cultura ouvinte. Por outro lado, quando se adota uma perspectiva socioantropológica, reconhece-se a surdez como uma diferença linguística e cultural, o que favorece práticas mais inclusivas e respeitosas. Nessa perspectiva, a Libras deixa de ser vista apenas como um recurso de acessibilidade e passa a ser reconhecida como elemento central da identidade e da cultura surda.

A valorização da identidade cultural surda constitui um aspecto fundamental para a construção de ambientes escolares verdadeiramente inclusivos. Ao reconhecer a Libras, as experiências visuais e os modos próprios de interação da comunidade surda, a escola contribui para o fortalecimento da autoestima, do sentimento de pertencimento e da participação ativa dos estudantes nos diferentes espaços educativos. A inclusão, portanto, não se limita à inserção física do aluno na sala de aula, mas envolve o reconhecimento de sua língua, cultura e identidade.

Estudos de Kassar (2011) e Lacerda (2007) evidenciam que a inclusão, quando realizada sem planejamento adequado e sem considerar as especificidades linguísticas e culturais dos estudantes surdos, pode resultar em uma “inclusão aparente”, na qual o estudante está fisicamente presente na escola, mas permanece excluído das interações e do acesso efetivo ao conhecimento. Em contrapartida, ambientes educacionais que valorizam a Libras, promovem práticas bilíngues e reconhecem a cultura surda tendem a favorecer o desenvolvimento acadêmico, social e emocional desses estudantes.

Diante desse cenário, torna-se imprescindível investir na formação continuada dos professores. Conforme destaca Garcia (2013), é fundamental que o docente desenvolva uma postura crítica e reflexiva, capaz de compreender a inclusão como

um processo complexo que envolve dimensões pedagógicas, sociais, linguísticas e culturais. Essa formação deve contemplar não apenas o aprendizado da Libras, mas também discussões sobre educação bilíngue, práticas pedagógicas inclusivas, adaptação curricular, avaliação acessível e valorização da cultura surda.

Além disso, faz-se importante descartar que a inclusão não depende exclusivamente da atuação do professor, mas exige mudanças estruturais no sistema educacional, envolvendo políticas públicas consistentes, gestão escolar comprometida e reorganização dos espaços e tempos escolares. Assim, a construção de uma educação inclusiva eficaz requer o comprometimento de toda a comunidade escolar e o reconhecimento da diversidade como princípio fundamental da educação.

Portanto, a inclusão da criança surda no ensino regular não se limita ao acesso físico à escola, mas envolve a garantia de condições linguísticas, curriculares, pedagógicas, culturais e sociais que possibilitem seu desenvolvimento pleno. Trata-se de um compromisso ético e político com a equidade, que exige ações articuladas, investimento na formação docente, flexibilização curricular, disponibilização de materiais acessíveis e valorização da Libras e da cultura surda. Dessa forma, superar concepções excludentes implica reconhecer a surdez como diferença, promover práticas educacionais bilíngues e assegurar o direito à comunicação, à aprendizagem e à participação social das pessoas surdas.

5 METODOLOGIA

A presente pesquisa caracterizou-se como qualitativa, de natureza exploratória, tendo como principal procedimento metodológico a pesquisa documental. Conforme afirma Gil (2009) a pesquisa documental utiliza materiais que ainda não receberam tratamento analítico aprofundado, sendo fundamental para investigações que buscam compreender fenômenos sociais, históricos e educacionais por meio de documentos oficiais, legislações e produções institucionais. Nesse sentido, a análise documental possibilitou compreender as transformações ocorridas no campo da educação inclusiva, especialmente no que se refere aos direitos linguísticos e educacionais das pessoas surdas no contexto do ensino básico e regular.

A investigação foi desenvolvida a partir da análise de legislações, documentos normativos e produções científicas relacionadas à educação inclusiva e à educação de surdos. Foram analisados documentos como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a Lei nº 10.436/2002, que reconhece a Língua Brasileira de Sinais (Libras), o Decreto nº 5.626/2005, e a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015). Também foram examinados artigos científicos publicados em periódicos da área da Educação e Educação Especial, com ênfase em estudos publicados nos últimos dez anos, abordando temas relacionados à inclusão escolar, bilinguismo, formação docente, acessibilidade linguística e práticas pedagógicas voltadas aos estudantes surdos.

De acordo com Cellard (2008), a pesquisa documental exige que os documentos sejam analisados considerando não apenas seu conteúdo explícito, mas também os contextos históricos, sociais, políticos e culturais em que foram produzidos. Dessa forma, os documentos investigados foram compreendidos como produções sociais que expressam diferentes concepções sobre linguagem, inclusão e educação ao longo do tempo, possibilitando identificar avanços, limitações e desafios relacionados à escolarização dos estudantes surdos no ensino regular.

A pesquisa também foi fundamentada em referenciais teóricos que discutem linguagem, desenvolvimento humano, inclusão escolar e educação de surdos. Entre os principais autores analisados destacam-se Lev Vygotsky, ao compreender a linguagem como elemento mediador do desenvolvimento cognitivo; Mikhail Bakhtin, que concebe a linguagem como prática social e dialógica; Lodi, ao discutir os

impactos da privação linguística no desenvolvimento da criança surda; Osakabe, ao compreender a educação como processo de interlocução; e Müller de Quadros, referência nos estudos sobre Libras, bilinguismo e desenvolvimento linguístico do sujeito surdo.

Também foram utilizados os estudos de Sacks sobre a estrutura linguística das línguas de sinais; Skliar, ao discutir cultura, identidade e diferença surda; Strobil, com contribuições acerca da cultura e identidade surda; além de autores como Soares, Kleiman, Paulo Freire, Rojo e Moura, que subsidiaram as discussões relacionadas à alfabetização, letramento e multiletramentos no contexto da educação inclusiva.

A coleta dos dados ocorreu por meio do levantamento bibliográfico e documental em bases de dados científicas, legislações educacionais e documentos oficiais publicados em plataformas institucionais. Após a seleção dos materiais, realizou-se uma leitura exploratória e analítica, seguida da categorização temática dos conteúdos encontrados. As análises concentraram-se em aspectos como inclusão escolar, acessibilidade linguística, valorização da Libras, formação de professores, práticas pedagógicas inclusivas e desafios enfrentados pelos estudantes surdos no ensino regular.

Por meio dessa abordagem metodológica, foi possível compreender como as políticas públicas, os discursos educacionais e a produção científica têm abordado a inclusão de estudantes surdos no ensino básico, evidenciando tanto os avanços conquistados quanto as fragilidades ainda existentes na efetivação de uma educação verdadeiramente inclusiva e bilíngue.

6 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados e discussões apresentados nesta seção decorrem da análise documental e bibliográfica realizada ao longo desta pesquisa, a qual teve como foco a inclusão de estudantes surdos na educação básica. A partir do levantamento e interpretação da literatura e dos marcos legais que orientam a educação inclusiva no Brasil, buscou-se compreender como as políticas públicas, as práticas pedagógicas e a formação docente têm influenciado o processo de escolarização desses estudantes. Nesse sentido, esta seção apresenta uma articulação entre os principais achados da pesquisa e as contribuições teóricas dos autores consultados, evidenciando avanços, limites e desafios ainda presentes na efetivação de uma educação bilíngue e inclusiva.

Desse modo, a pesquisa teve como objetivo principal de analisar os desafios e as possibilidades relacionados à inclusão de estudantes surdos na educação básica, considerando a importância da Língua Brasileira de Sinais (Libras), da educação bilíngue e da formação continuada dos professores para a construção de práticas pedagógicas inclusivas.

Nesse sentido, a partir da análise documental e bibliográfica realizada, identificou-se que, embora tenham ocorrido avanços significativos nas políticas educacionais voltadas à comunidade surda, ainda permaneceram desafios relacionados à acessibilidade linguística, à formação dos profissionais da educação e à efetivação de práticas que garantissem não apenas o acesso, mas também a participação e a aprendizagem dos estudantes surdos.

Dessa forma, a análise dos documentos normativos demonstrou que a educação de surdos no Brasil passou por importantes transformações ao longo das últimas décadas. A Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), a Lei nº 10.436/2002, que reconheceu a Libras como meio legal de comunicação e expressão, o Decreto nº 5.626/2005 e a Lei nº 14.191/2021, que instituiu a Educação Bilíngue de Surdos, representaram avanços fundamentais na garantia dos direitos educacionais dessa população. Esses marcos legais, em conjunto, contribuíram para ampliar a compreensão de que a pessoa surda não deveria ser vista apenas pela perspectiva da deficiência, mas também como sujeito pertencente a uma comunidade linguística e cultural própria.

Entretanto, apesar desses avanços normativos, a análise dos estudos revelou que a existência de legislações inclusivas não garantiu, por si só, uma inclusão plena nas instituições escolares. Nesse contexto, os resultados indicaram que muitos estudantes surdos ainda enfrentaram barreiras relacionadas à comunicação, à interação social, ao acesso aos conteúdos curriculares e à participação efetiva nas atividades escolares. Assim, observou-se que a inclusão muitas vezes ocorreu apenas pela inserção física do estudante no espaço escolar, sem que houvesse, de fato, mudanças significativas nas práticas pedagógicas e na organização da escola.

Essa realidade corrobora diretamente as discussões de Skliar (2016), ao destacar que a educação de surdos ainda foi marcada por práticas influenciadas por modelos ouvintistas, nos quais predominavam concepções baseadas na oralidade e na adaptação do sujeito surdo aos padrões da maioria ouvinte. Para o autor, portanto, a inclusão somente se efetivaria quando a escola reconhecesse a diferença linguística e cultural da comunidade surda, valorizando a Libras e os modos próprios de construção do conhecimento desses estudantes.

Além disso, a análise bibliográfica evidenciou que a formação docente constituiu um dos principais desafios para a consolidação da educação inclusiva. Diversos estudos apontaram que muitos professores da educação básica ainda apresentavam dificuldades para atuar com estudantes surdos, principalmente devido ao conhecimento limitado sobre Libras, cultura surda, educação bilíngue e estratégias metodológicas acessíveis. Como consequência, essa dificuldade comprometeu o desenvolvimento de práticas pedagógicas capazes de atender às especificidades linguísticas desses alunos.

Nesse sentido, os resultados aproximam-se das contribuições de Lacerda (2009), que destacou que a inclusão dos estudantes surdos não deveria depender apenas da presença de intérpretes de Libras, mas de uma participação conjunta de toda a comunidade escolar. Segundo essa perspectiva, o professor regente precisaria compreender seu papel como mediador da aprendizagem, planejando atividades que considerassem a experiência visual dos estudantes surdos e favorecessem sua autonomia.

Essa discussão também se articula com os estudos de Quadros (2012), que defendeu a importância da educação bilíngue, na qual a Libras fosse reconhecida como primeira língua dos estudantes surdos e o português escrito fosse trabalhado como segunda língua. Sob essa ótica, os resultados encontrados indicaram que,

quando essa perspectiva não era considerada, os processos de alfabetização e letramento apresentavam maiores dificuldades, uma vez que muitos estudantes eram submetidos a práticas centradas exclusivamente na língua oral.

Outro aspecto identificado na pesquisa foi a necessidade de valorização da cultura e identidade surda. Os estudos de Strobel (2008) e Perlin (2016) demonstraram que a surdez não deveria ser compreendida apenas como uma condição biológica, mas como uma experiência cultural e linguística. Assim, a escola precisava reconhecer a Libras não somente como uma ferramenta comunicativa, mas como elemento essencial para a construção da identidade, da interação social e do desenvolvimento dos estudantes surdos.

Além das questões linguísticas, os resultados evidenciaram dificuldades relacionadas à estrutura das instituições de ensino. A literatura analisada apontou que muitas escolas ainda enfrentavam limitações quanto à disponibilidade de materiais pedagógicos adaptados, recursos visuais, tecnologias assistivas, profissionais especializados e espaços adequados para o atendimento educacional dos estudantes surdos. Desse modo, essa realidade demonstrou que a inclusão dependia de investimentos permanentes e de políticas públicas capazes de garantir condições concretas para a aprendizagem.

Essa constatação dialoga com as reflexões de Mantoan (2003), que afirma que a inclusão escolar não deve significar apenas a presença do estudante na sala regular, mas uma transformação das estruturas, práticas e concepções educacionais. Assim, a escola inclusiva deveria superar modelos tradicionais e construir propostas pedagógicas baseadas na diversidade e na participação de todos.

Outro ponto relevante encontrado na análise referiu-se ao papel do intérprete de Libras. Embora esse profissional tenha sido reconhecido como fundamental para garantir acessibilidade comunicacional, os estudos demonstraram que sua atuação isolada não seria suficiente para assegurar a inclusão. Em muitos casos, inclusive, observou-se que professores acabavam transferindo ao intérprete a responsabilidade pelo ensino do estudante surdo, quando, na realidade, a inclusão deveria envolver toda a equipe escolar.

No campo da alfabetização e do letramento, os resultados mostraram que os estudantes surdos necessitavam de metodologias diferenciadas, capazes de respeitar suas formas de aprendizagem. Autores como Soares (1998), Kleiman

(2005) e Quadros (2012) contribuem de maneira complementar ao indicar que o ensino da língua portuguesa escrita para surdos deveria ocorrer de maneira contextualizada, utilizando recursos visuais, estratégias bilíngues e práticas pedagógicas significativas.

Nesse contexto, metodologias que envolveram imagens, vídeos sinalizados, jogos pedagógicos, recursos digitais e atividades colaborativas foram apontadas como estratégias importantes para favorecer o processo de ensino-aprendizagem. Essas práticas valorizaram a experiência visual dos estudantes surdos e possibilitaram maior participação nas atividades escolares.

A pesquisa também evidenciou a importância da participação da família no processo de inclusão. Isso porque a construção de uma educação inclusiva não deveria ficar restrita ao ambiente escolar, mas envolver família, professores, profissionais especializados e políticas públicas. A comunicação entre família e estudante surdo foi considerada essencial para o desenvolvimento linguístico, emocional e social, especialmente quando a Libras não fazia parte do cotidiano familiar.

Os autores analisados ao longo desta pesquisa também apontaram avanços importantes relacionados ao reconhecimento da Libras, ao fortalecimento das políticas inclusivas e à ampliação das discussões sobre diversidade linguística e cultural.

Portanto, os resultados analisados demonstraram que os desafios da inclusão dos estudantes surdos envolveram múltiplos fatores, como formação docente insuficiente, barreiras comunicacionais, falta de recursos acessíveis, fragilidade na implementação da educação bilíngue e pouca valorização da cultura surda.

Dessa forma, a análise realizada permitiu compreender que a construção de uma escola verdadeiramente inclusiva exigiu mais do que garantir a matrícula dos estudantes surdos. Foi necessário, sobretudo, fortalecer a formação continuada dos professores, ampliar a acessibilidade linguística, valorizar a identidade surda e reorganizar as práticas pedagógicas, de modo que esses estudantes pudessem participar, aprender e desenvolver plenamente suas capacidades acadêmicas, sociais e culturais.

7 CONCLUSÃO

A presente pesquisa teve como objetivo compreender a importância da Libras, da linguagem e da educação bilíngue no processo de inclusão escolar dos estudantes surdos, buscando entender os principais desafios e possibilidades relacionados à construção de uma educação verdadeiramente inclusiva e de qualidade. A partir do estudo realizado, foi possível constatar que a inclusão da pessoa surda ultrapassa a garantia do acesso à escola, exigindo o reconhecimento de suas especificidades linguísticas, culturais e identitárias.

As discussões desenvolvidas evidenciaram que a linguagem desempenha papel fundamental no desenvolvimento humano, atuando na construção do pensamento, da aprendizagem, das relações sociais e da identidade dos sujeitos. No caso das pessoas surdas, o acesso precoce à Libras revela-se essencial para o desenvolvimento cognitivo, emocional e social, além de favorecer a constituição da identidade surda e o fortalecimento do sentimento de pertencimento à comunidade surda. Nesse contexto, a Libras não deve ser compreendida apenas como um recurso de comunicação, mas como uma língua legítima e um direito fundamental que possibilita o acesso ao conhecimento e à participação social.

A pesquisa também demonstrou que a educação bilíngue representa uma das principais estratégias para garantir uma escolarização mais significativa aos estudantes surdos, uma vez que reconhece a Libras como primeira língua e a língua portuguesa escrita como segunda língua. Essa perspectiva favorece práticas pedagógicas mais acessíveis, respeitando as formas visuais de aprendizagem e valorizando a cultura surda como elemento constitutivo dos processos educativos.

Entretanto, apesar dos avanços legais conquistados nas últimas décadas, ainda persistem desafios que dificultam a efetivação da inclusão escolar. Entre eles destacam-se a formação insuficiente dos professores para atuar com estudantes surdos, o domínio limitado da Libras por parte dos profissionais da educação, a escassez de materiais didáticos acessíveis, a ausência de adaptações curriculares adequadas e as barreiras comunicacionais presentes no ambiente escolar. Além disso, muitas instituições ainda reproduzem práticas centradas na oralidade e em concepções deficitárias da surdez, contribuindo para processos de exclusão que, embora menos visíveis, continuam presentes no cotidiano escolar.

Outro aspecto evidenciado ao longo da pesquisa refere-se à necessidade de compreender a inclusão para além da dimensão física da presença do estudante na escola. Incluir significa garantir condições efetivas de aprendizagem, participação e desenvolvimento, reconhecendo a diversidade linguística e cultural como elemento constitutivo do espaço educativo. Nesse sentido, a valorização da cultura surda, da identidade surda e da Libras constitui um passo fundamental para a construção de ambientes escolares mais democráticos, acolhedores e comprometidos com a equidade.

Dessa forma, torna-se indispensável o investimento contínuo na formação inicial e continuada dos professores, na ampliação das políticas públicas voltadas à educação bilíngue, na produção de materiais didáticos acessíveis e no fortalecimento de práticas pedagógicas que considerem as especificidades dos estudantes surdos. Além disso, a construção de uma educação inclusiva exige o compromisso coletivo de gestores, professores, intérpretes, profissionais do Atendimento Educacional Especializado, famílias e da sociedade como um todo.

Por fim, conclui-se que a inclusão escolar dos estudantes surdos somente será efetivada quando a escola reconhecer a surdez como uma diferença linguística e cultural, e não como uma limitação a ser superada. Valorizar a Libras, promover a educação bilíngue e garantir condições de participação plena são ações fundamentais para assegurar o direito à educação, à cidadania e ao desenvolvimento integral das pessoas surdas. Assim, mais do que cumprir determinações legais, a construção de uma escola inclusiva representa um compromisso ético, social e humano com o respeito às diferenças e com a garantia de uma educação de qualidade para todos.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BOTELHO, Paula. **Linguagem e letramento na educação de surdos**: ideologias e práticas pedagógicas. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 2002.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436/2002. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 2005.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: Brasília, DF, 2015.

CAMARGO, Eder Pires de; GOMES, Carla da Silva; SILVEIRA, Tatiane dos Santos. **Atendimento educacional especializado e inclusão escolar**. São Paulo: Cortez, 2016.

CAMPELLO, Ana Regina e Souza. **Pedagogia visual na educação de surdos**. Florianópolis: UFSC, 2007.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. São Paulo: Cortez, 1991.

GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. **Formação de professores para a educação inclusiva**. São Paulo: Cortez, 2013.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. **Educação especial no Brasil**: desigualdades e desafios no reconhecimento da diversidade. Campinas: Autores Associados, 2011.

KLEIMAN, Ângela. **Os significados do letramento**: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas: Mercado de Letras, 2005.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. **A inclusão escolar de alunos surdos**: desafios e possibilidades. São Paulo: Plexus, 2006.

LEBEDEFF, Tatiana Bolivar. **Educação de surdos**: a pedagogia visual como proposta. Porto Alegre: Mediação, 2010.

LODI, Ana Claudia Balieiro. *Letramento e surdez: um olhar sobre as particularidades da aquisição da linguagem*. Campinas: Mercado de Letras, 2005.

MENDES, Enicéia Gonçalves. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 2006.

MICHELS, Maria Helena. Políticas de inclusão e educação especial. **Educação & Sociedade**. Campinas, 2006.

OLIVEIRA, Maria Cecília; SILVA, Ivani Rodrigues. **Educação de surdos e práticas de letramento**. São Paulo: Cortez, 2011.

OSAKABE, Haquira. *Argumentação e discurso político*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

QUADROS, Ronice Müller de. **Educação de surdos**: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artmed, 2002.

QUADROS, Ronice Müller de. **Língua de sinais brasileira**: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2006.

QUADROS, Ronice Müller de. **O tradutor e intérprete de língua de sinais e língua portuguesa**. Brasília: MEC, 2012.

ROJO, Roxane; MOURA, Eduardo. **Multiletramentos na escola**. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

SACKS, Oliver. **Vendo vozes**: uma viagem ao mundo dos surdos. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SOARES, Magda. **Letramento**: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

STREET, Brian. **Letramentos sociais: abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

STROBEL, Karin. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. Florianópolis: UFSC, 2008.

VYGOTSKY, Lev Semionovich. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.